

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DE FRANCA

296º Ciretran - Ipuã

Portaria do Diretor Técnico I, de 15-3-2019

Credenciando e Autorizando, o funcionamento do CFC denominado CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES NEGREIOS LTDA, Categoria AVB, registrado no CNPJ sob 60.243.417/0001-07, situado à Av. Rui Barbosa, 1120 Centro, Ipuã/SP, CEP 14.610-000, com sede no município de Ipuã/SP, para ministrar cursos de atualização e renovação de CNH e reciclagem de condutores, na modalidade ensino à distância-EAD, e aplicação de prova teórica monitorada. O Credenciamento é realizado sob a forma de autorização, a título precário e sem ônus para o Estado, podendo ser revogado em função do interesse da Administração Pública. A autorização de funcionamento é conferida a título precário, sem ônus para o Estado, e vinculada a vitórias periódicas, podendo ser revogada, a qualquer tempo, em função do interesse da Administração Pública, especialmente em caso de não atendimento aos requisitos da Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. O número de registro do CFC é 001. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port.03/2019)

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

SUPERINTENDÊNCIA

SECRETARIA GERAL

Despacho do Responsável, de 15-3-2019

I. Tendo em vista a Ata de Habilitação elaborada pela Comissão de Convocação Pública CEDEP Iamspc publicada no D.O. de 28-02-2019, conforme documentação de folhas 660/662 e as antecedentes manifestações técnicas da Consultoria Jurídica do Iamspc, as quais acolho como razão de decidir, Homologo a Convocação Pública para instituições de ensino que ministram cursos de ensino superior – graduação em medicina e nas áreas de ciências da saúde, interessadas em realizar o programa de estágio curricular obrigatório não remunerado no Iamspc, a ser desenvolvido no Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPF-FMO, pelo prazo de 12 meses, sem ônus ao Iamspc e Autorizo ainda a formalização dos respectivos Termos de Convênio:

Cruzeiro do Sul Educacional S/A - CNPJ 62.984091/0001-02, para os programas de estágio de graduação em enfermagem com o total de 20 vagas, graduação em farmácia com o total de 20 vagas, graduação em fisioterapia com o total de 12 vagas, graduação em nutrição com o total de 04 vagas, graduação em psicologia com o total de 08 vagas e graduação em serviço social com o total de 06 vagas.

Instituto Adventista de Ensino - CNPJ 43.586056/0003-44, para os programas de estágio de graduação em enfermagem com o total de 08 vagas e graduação em nutrição com o total de 07 vagas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/A - CNPJ 43.395177/0001-47 para os programas de estágio de graduação em medicina com o total de 240 vagas, graduação em enfermagem com o total de 150 vagas e graduação em fisioterapia com o total de 12 vagas.

II. Designo os servidores do CEDEP Walter da Roza Garcia Junior e Gilmara Silva Aguiar Yamaguchi como gestor e co-gestora do programa de graduação em medicina e Sueli Regina Ribeiro Boccoato e Audrey Cristina Fioretti como gestora e co-gestora do programa de graduação das áreas de ciências da saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução dos Termos de Convênio, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e Designo a servidora Maria Angela de Souza, Diretora do CEDEP, para assinar os Termos de Compromisso de Estágio que serão firmados com as instituições de ensino e os estagiários decorrentes dos Termos de Convênio.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL

GERÊNCIA DE REDE

Termo de Aditamento

2º Termo de Aditamento ao Credenciamento 079/2015 Processo IAMSPe 13251/2014

CRENCIADO (A): J R – CLINICA MEDICA S/S

OBJETO DO CRENCIAMENTO: Prestação de serviços de Assistência à Saúde para atendimento de consultas em consultórios ou em Clínicas, em regime ambulatorial, no município de Taquaritinga.

OBJETO DESTA TERMO: Alteração da Razão Social do Prestador de Serviços.

PARTES

CRENCIANTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPe, autarquia estadual criada pela Lei Estadual 9323/66, regida pelo Decreto-Lei 257/70, inscrita no CNPJ sob 60.747.318/0001-62, com sede à Avenida Ibirapuera 981, Vila Clementino – São Paulo, CEP 04029-000, representado pelo Senhor Superintendente DR. WILSON POLLARA, portador da cédula de identidade RG 4.202.267, no uso de suas competências legalmente conferidas como Superintendente do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPe, doravante designado simplesmente IAMSPe.

O(A) CRENCIADO(A): J R – CLINICA MEDICA S/S, inscrito no CPF/CNPJ sob 17.495.940/0001-00, credenciado através da Ata de Habilitação publicada no D.O. de 17-09-2014, com sede à Avenida Paulo Roberto Scandar, 577, sala 29 e 29A, Centro, CEP 15900-000, Município de Taquaritinga, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu sócio EDSON RAGAZANI, portador do CPF 082.323.808-37 e RG 17.451.949-7, de conformidade com seus atos constitutivos, resolvem ADITAR o Credenciamento 079/2015, conforme cláusulas a seguir elencadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Razão Social do CRENCIADO, no item “PARTES” do Termo de Credenciamento 079/2015, conforme segue:

“O(A) CRENCIADO(A): E R CLINICA MEDICA EIRELI, inscrito no CNPJ sob 17.495.940/0001-00, CNES 6246621, credenciado através da Ata de Habilitação publicada no D.O. de 17-09-2014, com sede à Avenida Paulo Roberto Scandar, 577, sala 29 e 29A, Centro, CEP 15900-000, Município de Taquaritinga, Estado de São Paulo”.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento vigente.

Data da assinatura: 15-02-2019.

(15-3-2019)

Termo de Aditamento

2º Termo de Aditamento ao Credenciamento 284/2015 Processo IAMSPe 15168/2015

CRENCIADO (A): INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DO VALE LTDA

OBJETO DO CRENCIAMENTO: Prestação de serviços de Assistência à Saúde para atendimento de consultas em consultórios ou em Clínicas, em regime ambulatorial, no município de São José dos Campos.

OBJETO DESTA TERMO: Alteração de endereço do Prestador de Serviços.

PARTES

CRENCIANTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPe, autarquia estadual criada pela Lei Estadual 9323/66, regida pelo Decreto-Lei 257/70, inscrita no CNPJ sob 60.747.318/0001-62, com sede

à Avenida Ibirapuera 981, Vila Clementino – São Paulo, CEP 04029-000, representado pelo Senhor Superintendente DR. WILSON POLLARA, portador da cédula de identidade RG 4.202.267, no uso de suas competências legalmente conferidas como Superintendente do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPe, doravante designado simplesmente IAMSPe.

O(A) CRENCIADO(A): INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DO VALE LTDA, inscrito no CPF/CNPJ sob 05.096.106/0001-54, CNES 5076994, credenciado através da Ata de Habilitação publicada no D.O. de 27-11-2015, com sede à Rua José Alves dos Santos, 281 – sala 107, Floradas de São José, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, neste ato representado por VALTER MOLINA KOYANAGI, portador do CPF 097.546.098-61 e RG 16.257.672-9, de conformidade com seus atos constitutivos, resolvem ADITAR o Credenciamento 284/2015, conforme cláusulas a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterado o endereço da sede do CRENCIADO no item “PARTES” do Termo de Credenciamento 284/2015, conforme segue:

“O(A) CRENCIADO(A): INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DO VALE LTDA, inscrito no CNPJ sob 05.096.106/0001-54, CNES 5076994, credenciado através da Ata de Habilitação publicada no D.O. de 27-11-2015, com sede à Avenida Marechal Floriano Peixoto, 347 – sala 101, 102, 103, 110 e 111, Centro, CEP 12210-030, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo”.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento vigente.

Data da assinatura: 27-02-2019.

(15-3-2019)

Extrato de Aditamento

1º Termo de Aditamento ao Credenciamento 112/2016

PROCESSO IAMSPe 9522/2016

Parceir CJ/IAMSPe, dispensado nos termos da Resolução PGE-23 de 12-11-2015

CRENCIANTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPe

CRENCIADO(A): SIQUEIRA E ABREU SERVIÇOS MEDICOS S/S. CNPJ/CPF 18.265.297/0001-82

OBJETO DESTA TERMO: PRORROGAR o prazo de vigência do contrato por mais 30 (trinta) meses, com início em 05-03-2019 e término em 05-09-2021.

OBJETO CONTRATADO: Prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento em consultórios ou em clínicas em regime ambulatorial na especialidade de ORTOPEDIA, OTORRI-NOLARINGOLOGIA.

MUNICÍPIO: Ribeirão Preto.

VALOR TOTAL: Variável, em conformidade com a demanda dos atendimentos prestados.

Disposições finais: Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data de assinatura: 05-03-2019

(15-3-2019)

CASA MILITAR

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Retificação do D.O. de 15-3-2019

No despacho do coordenador, de 14-3-2019, leia-se como segue e não como constou: MUNICÍPIO DE ESTRELA D' OESTE - Processo CMIL 320.793-2018, A Cláusula Décima Primeira do Convênio CMIL - 13-630-18,...

Justiça e Cidadania

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos do Secretário

De 26-2-2019

Processo SJC 1246391/2017 - Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania - Apuração Preliminar. Considerando os fatos narrados no presente expediente, acerca do desaparecimento de duas furdadeiras, patrimoniadas sob nºs 018011 e 018023, conforme demonstrado à fl. 8. Determino a instauração de Apuração Preliminar, nos termos do artigo 1º, inciso IV, do Decreto Estadual 40.177/1995, alterado pelo Decreto Estadual 53.334/2008, observando-se o procedimento da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

De 6-3-2019

Processo SJDC 1995587/2018 - Secretaria da Justiça e Cidadania - Termo de Cooperação entre esta Pasta e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Em cumprimento ao que determina a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como a cláusula quarta do Termo de Cooperação firmado entre esta Secretaria da Justiça e Cidadania e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, objetivando o atendimento jurídico aos beneficiários do Programa Estadual de Proteção as Vítimas e Testemunhas – PROVITA, DESIGNO o Secretário Executivo do PROVITA/SP, Marco Alexandre Davanzo, RG 20.660.060-4, como gestor do presente ajuste, por parte desta Pasta. No que tange ao gestor da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, aquela especializada por meio do Ofício SGPPDC 13612/2019, designou o Defensor Público William Roberto Casimiro Braga, portador do RG 30.622.290-5.

De 13-3-2019

Processo SJDC 879981/2017 – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Anastácio – APAE - Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, inserta às fls. 458/461, defiro o pedido formulado pela interessada, qual seja, “renovação do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos”.

De 14-3-2019

Processo SJDC 1077901/2017 – Instituto Ação pela Paz - IAP - Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, inserta às fls. 414/417, defiro o pedido formulado pelo interessado, qual seja, “renovação do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos”.

Processo SJDC 1243831/2017 – Associação Ilumina - Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, inserta às fls. 103/106, defiro o pedido formulado pela interessada, qual seja, “renovação do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos”.

Processo SJDC 1693577/2018 – Instituto FAR - Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, inserta às fls. 81/84, defiro o pedido formulado pelo interessado, qual seja, “obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos”.

Extrato de Termo de Cooperação

Processo: SJDC 1261501/2017

Participes: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Objeto: Termo de Cooperação visando a descentralização do comparecimento de apenados em cumprimento de penas no regime aberto, livramento condicional e beneficiados por suspensão condicional de pena, por meio de um sistema de apresentação pessoal, para melhor atendimento ao sentenciado diante das dificuldades enfrentadas para o seu comparecimento nas atuais unidades do Poder Judiciário

Valor: A presente cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes

Legislação: Lei Federal 8.666/93 e Decreto Estadual 59.215/2013

Assinatura: 19-12-2018

NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Comunicado

Ata da 21ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE-SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas – CETP-SP

Realizada em 13-7-2018 na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania-SJDC, compareceram pela COETRAE os membros representantes da SJDC, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho–SERT, Secretaria do Desenvolvimento Social–SEDS, Secretaria do Meio Ambiente–SMA, Secretaria da Fazenda–SEFAZ, Secretaria da Educação–SEE, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região–TRT2, e Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região–PRT15. Como convidados, os representantes do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante–CAMI, Associação Brasileira do Varejo Têxtil–ABVTEX, Conferência dos Religiosos do Brasil–CRB, SINTHORESP, Presença América Latina–PAL, ASBRAD e Associação Mulheres pela Paz, e Repórter Brasil. Pelo CETP, compareceram os membros da SJDC, SERT, SEDS, Secretaria da Habitação –SEHAB, SEFAZ, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo–TJSP, TRT2, PRT15, e como convidados os representantes do CAMI, SOS Dignidade, PAL, ASBRAD e Associação Mulheres pela Paz. Justificadas as ausências da Secretaria de Segurança Pública–SSP, Secretaria de Agricultura e Abastecimento–SAA, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região–PRT2, Missão Paz, Aliança Empreendedora. Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação da Ata da 20ª Reunião Conjunta, 2. III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas–Lançado em Brasília em 05-6-2018, 3. Programação da Semana Nacional de Mobilização contra o Tráfico de Pessoasas “Coração Azul”, 4. Andamento do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, 5. Assuntos Gerais. A reunião se iniciou com uma rodada de apresentações. 1. Ata APROVADA; 2. A responsável pelo NETP-SP e coordenadora desta Comissão contou sobre o evento de lançamento do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas em Brasília e expôs sua opinião sobre o III Plano. Os representantes do CAMI afirmaram que a construção do III Plano foi democrática, houve espaço para profundas discussões entre os atores da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e organizações da sociedade civil. Porém, colocam sua indignação com o Plano apresentado em Brasília, posto que consideram que o resultado final desconsiderou todo o trabalho realizado. “Foram 2 dias de atividades intensas, exaustivas, e este Plano não reflete todo o trabalho discutido!” (sic). A coordenadora da COETRAE-CETP coloca sua preocupação com as ações propostas pelo Governo Federal no III Plano, pois são ações que demandam investimento e não há qualquer especificação sobre de onde virão os recursos financeiros. Comenta sobre reunião realizada com outros NETP do Brasil para discutir a criação de um Fundo para a COETRAE-CETP. Na reunião houve uma troca de experiências com Mato Grosso e Bahia. No caso do Mato Grosso, os valores arrecadados através de TAC’s foram destinados pelo governo local para fins diversos aos objetivos do Fundo. Já no caso do caso da Bahia isto não ocorreu, pois o “Fundo 240” foi criado especificamente para a COETRAE, sendo gerenciado por uma comissão destacada da própria COETRAE-BA. Estes fundos são criados com o objetivo de custear e possibilitar ações no combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoasas. A representante da Repórter Brasil acompanhou o caso e complementa com mais informações sobre o ocorrido com o Fundo do Mato Grosso. O representante da PRT15 questiona se o MPT e MT estão a par deste fato e quais providências já foram tomadas. A representante da Repórter Brasil informa que eles estão cientes e acompanhando o caso. 3. a responsável pelo NETP/SP convidou os membros para participarem da ação que acontecerá no dia 30-7-2018, em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoasas, data que abre a “Semana do Coração Azul”, uma agenda da UNODC. O evento será externo, aberto ao público, no Pátio do Colégio, das 9h às 12h. OBSERVAÇÃO: O conteúdo integral desta ata encontra-se disponível no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas.

Ata da 22ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE-SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas– CETP-SP

Realizada em 10-8-2018 na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania-SJDC, compareceram pela COETRAE os membros representantes da SJDC, Secretaria de Agricultura e Abastecimento–SAA, Secretaria do Meio Ambiente–SMA, Secretaria da Fazenda–SEFAZ, Secretaria de Segurança Pública–SSP, Secretaria da Educação–SEE, Secretaria do Desenvolvimento Social–SEDS, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região–PRT15, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região–PRT2, Superintendência Regional da Polícia Federal–SRPF, Polícia Rodoviária Federal–PRF e Instituto de Terras do Estado de São Paulo–ITESP. Como convidados, os representantes da Missão Paz, Conferência dos Religiosos do Brasil–CRB-SP, Aliança Empreendedora, Centro de Apoio e Pastoral do Migrante–CAMI, Presença América Latina–PAL, Associação Brasileira do Varejo Têxtil–ABVTEX, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, e ASBRAD. Pelo CETP, compareceram os membros da SJDC, SSP, SEDS, SEE, Secretaria da Habitação–SEHAB, SEFAZ, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo –TJSP, PRT15, PRT2, ITESP, e como convidados os representantes do CAMI, SOS Dignidade, Aliança Empreendedora, PAL, ASBRAD, CRB-SP, Caritas, Missão Paz, e Posto de Atendimento Humanizado ao Migrante da Prefeitura de Guarulhos. Justificadas as ausências do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União e Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho. Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação da Ata da 21ª Reunião Conjunta; 2. Depoimento do CAMI; 3. Depoimento da ASBRAD; 4. Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - Comissão para Expedição de Ofícios para Secretarias; 5. Assuntos Gerais. 1. Ata APROVADA; 2. A representante do CAMI apresentou a história da organização, sua missão, visão e valores. Organização sem fins lucrativos, fundada em 2005 pelo Serviço Pastoral do Migrante, tem como missão acolher e mobilizar os imigrantes na luta por direitos, cidadania e empoderamento social e político. Atuam na defesa dos Direitos Humanos dos imigrantes, com foco no combate ao trabalho escravo, a xenofobia, o tráfico de pessoas e na promoção do reconhecimento da identidade e da diversidade cultural e religiosa. Auxíliam os imigrantes na regularização migratória, assessoria jurídica, visitas a oficinas de costura, aulas de português e cidadania, informática e curso profissionalizante de Modelagem. O sonho da organização é que todos os imigrantes tenham os mesmos direitos dos brasileiros e sejam tratados como iguais, e que independentemente de sua etnia, sejam respeitados e reconhecidos como seres humanos. Apresentou-se fotos e vídeos das visitas realizadas a oficinas de costura em São Paulo, mostrando nitidamente a dificuldade no acesso aos trabalhadores e para adentrar esses espaços. Muitas vezes os trabalhadores ficam trancados nas oficinas enquanto o dono sai para trabalhar, o que impede que eles saiam do local ou abram a porta para receber os voluntários do CAMI. Até o

momento, 352 oficinas já foram abordadas, sendo a maioria familiar e com produção destinada à venda na feirinha da madrugada e para marcas menores. Este trabalho de abordagem se iniciou após receberem muitas denúncias sobre acidentes com crianças trabalhando ou circulando nestas oficinas. Vale ressaltar que 90% dos voluntários do CAMI são imigrantes, o que facilita o contato e receptividade pelos trabalhadores imigrantes. Os voluntários do CAMI identificam muitas violações dos direitos humanos em suas abordagens, principalmente quanto a exploração de mulheres e crianças, e trabalhadores em condições sub-humanas. Quando iniciada a discussão sobre a atuação da polícia nesses casos, o representante da Polícia Federal afirma que a fiscalização e responsabilização pelo crime de exploração de mão de obra nestas oficinas é prejudicada, principalmente, pela definição do conceito de trabalho escravo ser diferente para o Ministério do Trabalho e para o Direito Penal. Afirma que o trabalho em condições análogas à de escravo é uma questão social, onde existe aquele que produz, aquele que compra, e aquele que intermedia esta relação. Diz também que o resgate desses trabalhadores é muito difícil porque muitos preferem continuar naquela condição e ganhar um “salário” para sustento de suas famílias. OBSERVAÇÃO: O conteúdo integral desta ata encontra-se disponível no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas.

Ata da 23ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE-SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas – CETP-SP

Realizada em 14-9-2018, na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania-SJDC, compareceram os membros representantes da SJDC, Secretaria da Fazenda–SEFAZ, Secretaria de Segurança Pública–SSP, Ministério Público do Estado de São Paulo, Defensoria Pública do Estado, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, Superintendência Regional da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Trabalho, Secretaria do Desenvolvimento Social–SEDS. Como convidados, os representantes da Missão Paz, Conferência dos Religiosos do Brasil–CRB-SP, Aliança Empreendedora, Centro de Apoio e Pastoral do Migrante–CAMI, Presença América Latina–PAL, Associação Brasileira do Varejo Têxtil–ABVTEX, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, ASBRAD e SINTHORESP. Constavam do Expediente: 1. Aprovação da Ata da 22ª Reunião Conjunta; 2. Depoimento do representante da ABVTEX; 3. Depoimento da representante da Zara Brasil; 4. Depoimento do representante da Polícia Rodoviária Federal; 5. Outros Assuntos.

1. A abertura da reunião foi realizada pela representante titular da SJDC, solicitando a avaliação de todos sobre a ata da última reunião, realizada em 10 de agosto. Todos aprovaram. Em seguida, passou a palavra ao representante da ABVTEX- Associação Brasileira do Varejo Têxtil. 2. A ABVTEX mantém programa de combate ao trabalho análogo ao escravo na cadeia de varejo da moda. Desde 2010, já realizou 30048 auditorias em confecções e subcontratados. E na sua rede há 3902 empresas certificadas. A ABVTEX representa 25 grupos que fazem a gestão de mais de 70 marcas relevantes do varejo de moda no País. Uma cadeia produtiva de vestuário, calçados, mesa e banho. “O grande desafio é a informalidade, que já representa 1/3 do que é comercializado”, destacou, alertando”. No mercado informal são negociados 60 bilhões de reais sem arrecadação fiscal. Ou seja, sonega impostos, fomenta o crime organizado e utiliza trabalho escravo, infantil ou migratório na cadeia produtiva”. Explicou que “o compromisso de todos os associados da ABVTEX é de somente adquirir de quem cumpre as leis trabalhistas. Porém, destacou que “75% do mercado hoje não é monitorado, vistoriado. É um mar de pequenas empresas”. Se a associada da ABVTEX não cumprir as regras, é suspensa. Para o controle, a entidade mantém o programa “Controle em Cadeia” que significa “encontros com pequenas, micro e médias empresas para ensinar gestão de negócios e regras para o bem-estar dos funcionários”. A ABVTEX firmou parceria com a OIT-Organização Internacional do Trabalho- e ABIT-Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção para promover melhorias nas condições de trabalho e gestão das oficinas de costura em São Paulo. O representante da ABVTEX compartilhou sua palestra com todos os integrantes da COETRAE. 3. Em seguida, falou a representante da Zara Brasil. Ela iniciou destacando que “todos os fornecedores assinam código de conduta e cada empresa tem auditoria permanente”. Informou que a Zara mantém parceria com a Missão Paz para empregar imigrantes. Em 2011, após revelações de situações inadequadas de trabalho em dois sub-contratados da Zara, a empresa tomou uma série de medidas de correção e prevenção. Programas iniciados em fevereiro de 2012 para defender os direitos humanos dos imigrantes no Brasil, através do apoio a ações executadas por organizações sociais do país. A ZARA apoia três organizações sociais que atuam na área: o CAMI – Centro de Apoio ao Migrante, a Fundação CDHIC–Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Migrante e a Missão Paz. Após a exposição da representante da ZARA, a jornalista da Repórter Brasil divulgou carta-compromisso, de 13 pontos, contra o trabalho escravo a ser entregue aos candidatos à Presidência da República. Passando a palavra para o representante da Polícia Rodoviária Federal que descreveu importante ação que libertou trabalhadores mantidos como escravos em oficina de costura em São Paulo: uma adolecente de 16 anos, seu marido e um filho de dois anos e meio. Houve pagamento de indenização de R\$ 15mil e o casal voltou para a Bolívia. Mas, observou a representante do CAMI, como a dona da oficina não foi presa, ela está ameaçando e até já agrediu parente do casal que ficou em São Paulo. Foi feito boletim de ocorrência e, após a agressão, exame de corpo de delito. Ao final da reunião, foi cobrada por diversos membros da Comissão a aprovação do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, fruto do trabalho de anos da COETRAE. Questionamentos sobre a demora na aprovação do Plano foram feitos pelas representantes do Ministério Público Estadual e Defensoria Pública da União. O representante do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região anunciou que se não houvesse a aprovação do Plano ainda em 2018, deixarão esta Comissão. OBSERVAÇÃO: O conteúdo integral desta ata encontra-se disponível no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas.

Ata da 24ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE-SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoasas – CETP-SP

Realizada em 27-11-2018, na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania-SJDC, compareceram os membros representantes da SJDC, Secretaria de Segurança Pública-SSP, Secretaria do Meio Ambiente-SMA, Secretaria da Educação-SEE, Secretaria da Habitação-SEH, Secretaria de Planejamento e Gestão-SPG, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-TJSP, Defensoria Pública da União e OIT. Como convidados, representantes da Conferência dos Religiosos do Brasil–CRB-SP (Rede um Grito pela Vida), Aliança Empreendedora, Centro de Apoio e Pastoral do Migrante–CAMI, Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX, SINTHORESP, Cruz Vermelha de São Paulo, SOS Dignidade, Posto de Atendimento Humanizado de Guarulhos. Justificadas as ausências da Superintendência Regional da Polícia Federal e Missão Paz. Constavam do Expediente: 1. Aprovação da Ata da 23ª Reunião Conjunta; 2. Balanço Geral de 2018, conforme membros; 3. Outros Assuntos. 1. Ata aprovada. Após aprovação da ata, a coordenadora da COETRAE-SP sugere inversão da pauta. 3. Anuncia as novidades sobre o andamento do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo. Informa que, após nova submissão do processo do Plano à Assessoria Técnica, Chefia de Gabinete e Gabinete do Secretário da Justiça, foi expressamente definido que o parecer da Procuradoria Geral do Estado e da Assessoria Técnica da Secretaria da Justiça deverão ser considerados integralmente. Isso implica que, principalmente, todos os Secretários de Estado deverão receber a versão atualizada da Minuta, para analisar o conteúdo, e declarar oficialmente sua concordância e viabilidade das ações propostas